



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar

**Ofício nº 48/2022/GAB09/CMPA**

Pouso Alegre – MG, 18 de julho de 2022.

Ao Senhor,  
Reverendo Dionísio Pereira  
Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre - MG

**Assunto:** Solicito que os requerimentos Nº 87/2022 e Nº 81/2022 de minha autoria, sejam inseridos na ordem do dia da próxima sessão.

Prezado,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para solicitar que os requerimentos Nº 87/2022 e Nº 81/2022 de minha autoria, sejam inseridos na ordem do dia da próxima sessão para votação, conforme disposto no Regimento Interno.

Sem mais para tratar no momento, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

EDSON DONIZETI  
RAMOS DE  
OLIVEIRA:622724  
11649

Assinado de forma digital  
por EDSON DONIZETI  
RAMOS DE  
OLIVEIRA:62272411649  
Dados: 2022.07.18  
12:19:09 -03'00'

Dr. Edson  
Vereador - Cidadania

12/23 18/07/2022 00:05:56 C1111 450724 1000 1212 1022111111



## REQUERIMENTO Nº 81 / 2022

Senhor Presidente,

O Vereador signatário deste requer, nos termos do inciso XXIV do artigo 40 da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre e do inciso VII do artigo 54 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre, após ouvido o Douto Plenário, sejam solicitados ao Senhor Prefeito Municipal, por meio da Secretaria responsável pela respectiva pasta, informações sobre o processo administrativo instaurado pela Prefeitura de Pouso Alegre/MG para apurar a regularidade no pagamento da sexta parte aos servidores, que garante o pagamento de um sexto do salário ao servidor após completar 25 anos de serviço, especificamente:

1. Requer cópia integral em PDF do processo administrativo instaurado pela Prefeitura para averiguar a regularidade no pagamento da sexta parte dos servidores.

### JUSTIFICATIVA

Fundado nos artigos 22, 39, inciso III, e artigo 40, inciso XVII, da Lei Orgânica Municipal – LOM, o presente requerimento tem o escopo de, por meio do exercício da função fiscalizadora típica do Poder Legislativo, assegurar a observância, pelo Poder Executivo, dos princípios constitucionais pertinentes à administração pública, constantes no artigo 37 da Constituição Federal, bem como constatar sobre o efetivo cumprimento do artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

Ademais, este requerimento busca averiguar em específico e com urgência, o andamento do processo administrativo, e se o Poder Público Municipal, efetivamente está cumprindo o seu compromisso de zelar pelo interesse público.

Assim, este requerimento faz-se necessário, considerando que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município fundamenta-se no direito da sociedade a um governo honesto, obediente à lei, eficiente e eficaz, conforme preconiza o artigo 54 da LOM.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2022.

Dr. Edson  
VEREADOR

PELO PLENÁRIO	
POR _____	VOTOS. _____
SALA DAS SESSÕES, _____	

*Reverendo Dionísio*  
Presidente



## REQUERIMENTO Nº 87 / 2022

Senhor Presidente,

O Vereador signatário deste requer, nos termos do inciso XXIV do art. 40 da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre e do inciso VII do art. 54 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre, após ouvido o douto Plenário, sejam solicitadas ao Senhor Prefeito Municipal, por meio da Secretaria responsável pela respectiva pasta, as informações que se seguem:

1. Há quase um ano foram retiradas as bancas de jornal do centro da cidade com a justificativa de revitalização do centro. A retirada das bancas causou o desemprego dos comerciantes que ficaram sem o seu sustento durante a pandemia. Diante do exposto, requer informações sobre o cronograma das obras de revitalização e o seu início.

### JUSTIFICATIVA

Fundado nos artigos 22, 39, inciso III, e artigo 40, inciso XVII, da Lei Orgânica Municipal – LOM, o presente requerimento tem o escopo de, por meio do exercício da função fiscalizadora típica do Poder Legislativo, assegurar a observância, pelo Poder Executivo, dos princípios constitucionais pertinentes à administração pública, constantes no artigo 37 da Constituição Federal, bem como constatar sobre o efetivo cumprimento do artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

Ademais, este requerimento busca averiguar, em específico, quando as obras de revitalização do centro serão iniciadas, e se o Poder Público Municipal efetivamente está cumprindo o seu compromisso de zelar pelo interesse público.

Assim, este requerimento faz-se necessário, considerando que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município fundamenta-se no direito da sociedade a um governo honesto, obediente à lei, eficiente e eficaz, conforme preconiza o artigo 54 da LOM.

Sala das Sessões, 12 de julho de 2022.

Dr. Edson  
VEREADOR

_____ PELO PLENÁRIO
POR _____ VOTOS.
SALA DAS SESSÕES, _____

*Reverendo Dionísio*  
Presidente